

25.Novembro.2011 – 09h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Movimento Ciência Portugal
Investigadores: Maria Mota, Mónica Bettencourt Dias, Luís Silva, Carlos Ribeiro

Recebido por: Deputados Ana Jorge (PS), Acácio Pinto (PS), Elza Pais (PS), Maria Manuela Tender (PSD), Nilza de Sena (PSD) e Miguel Tiago (PCP).

Assunto: Estratégia para a Ciência e Inovação em Portugal

Exposição: Os investigadores, oriundos de várias entidades, equacionam a necessidade de uma estratégia a longo prazo para a ciência – de 5 a 10 anos – e querem contribuir para o seu desenho. Com esse objectivo prepararam o Manifesto Ciência Portugal, que já tem 2777 subscritores, entre investigadores e empreendedores e de seguida “elaboraram um “white paper” com sugestões detalhadas sobre essa estratégia”, ambos disponíveis em <http://www.cienciaportugal.org/>.

Agora visam obter o enquadramento em termos políticos e económicos a essas sugestões. Compreendem as limitações financeiras do país, mas entendem que tendo havido um forte investimento nos últimos anos, que permitiu a criação de uma comunidade científica reconhecida e de várias empresas de base tecnológica e científica, não pode haver abrandamento, sob pena de se perderem muitos benefícios económicos e sociais do mesmo, e tem de ser definida uma estratégia de longo prazo. Consideram “a investigação científica e tecnológica como um motor de inovação indispensável para ultrapassar a actual crise económica e que deveria, por isso, ser considerada uma prioridade estratégica para o desenvolvimento da economia”, manifestando preocupação pelo facto de “o orçamento para a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) revela ser este o mais baixo dos últimos seis anos”.

Interviu, de seguida, a deputada Elza Pais (PS), que perguntou a partir de que momento diminuiu o investimento e em que áreas e referiu que Portugal está sujeito a estratégias comunitárias com metas quantificadas.

Os investigadores referiram que a diminuição do financiamento à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) se tem verificado desde há 2 anos e põe em causa projectos em curso, abrangendo todas as áreas, nomeadamente a formação avançada e os projectos (juntaram gráficos com essa informação, que estão disponíveis na [página da Comissão](#)).

Salientaram ainda que pretendem uma visão que possa ser partilhada por todos os parceiros, incluindo investigadores e políticos, e bem assim a definição das áreas e da forma como se pode utilizar o dinheiro mais racionalmente, realçando que é importante que a distribuição dos meios seja competitiva, transparente e transversal. Defenderam que com um nível de financiamento nos 10%, a distribuição dos apoios passará a ser aleatória.

O deputado Miguel Tiago (PCP) pediu informações sobre o estatuto da generalidade dos investigadores que subscreveram o Manifesto e salientou que há nichos de investigação a nível de excelência, que permitiram grandes avanços, referindo os Laboratórios do Estado e os Laboratórios Associados, que entende não deverem competir entre si e mencionando que noutras áreas se verificou um menor resultado. Mencionou ainda que actualmente o sector produtivo não exige tanta investigação.

Indicou ainda as propostas de alteração apresentadas pelo PCP em relação à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012, salientando, nomeadamente, a renovação dos contratos de Ciência 2006-2007, os concursos de integração de investigadores e o reforço das verbas da FCT para valores do ano anterior.

A deputada Maria Manuela Tender (PSD) referiu as dificuldades que o país atravessa e salientou a importância da investigação, da ciência e da promoção e valorização da excelência, reconhecendo mérito às propostas apresentadas pelos subscritores do Manifesto e à avaliação dos projectos de investigação “com consequências”, apresentada pelo “*white paper*” dos investigadores, incidindo na análise de resultados. A deputada quis saber qual a ligação dos investigadores subscritores do Manifesto às entidades de investigação e perguntou quais os constrangimentos que actualmente se colocam ao enquadramento da investigação no âmbito das universidades, perguntando qual o caminho que os investigadores propõem para a investigação e a ciência em Portugal.

Os investigadores concordaram com a reanálise do papel dos Laboratórios do Estado. Informaram ainda que gostariam que a Comissão criasse um grupo de estudo que estudasse a estratégia de longo prazo para a ciência, proposta pelos investigadores, em que se pretende privilegiar a excelência, referindo as propostas do “white paper” com uma distribuição muito alargada e salientando a necessidade de enquadramento político e financeiro e um compromisso político transversal, sendo com esse objectivo que contactaram a Comissão.

A deputada Ana Jorge (PS), relatora da Ciência no âmbito da Comissão, referiu o aumento significativo dos resultados no âmbito da investigação, a nível nacional e internacional, na medicina e noutros, mencionando a referência dos investigadores de que a FCT tem um funcionamento muito burocratizado a nível administrativo, não acompanhando a evolução a nível da investigação, pelo que se regista a necessidade de mudança dos respectivos procedimentos da FCT.

Por último os investigadores realçaram a importância da abertura internacional e a necessidade de uma mensagem forte dada aos estudantes e a nível internacional, para os próximos 10 anos, para cativar o investimento, nomeadamente internacional, tendo efeito multiplicativo neste âmbito, salientando que o orçamento actual está a um nível mínimo. Reiteraram a necessidade de uma visão a 10-20 anos, construída com os stakeholders e o alinhamento dos objectivos nacionais com os europeus e internacionais, sendo certo que as comunidades científicas têm um âmbito internacional.

Informaram ainda que o Manifesto foi subscrito por investigadores de vários sectores, entidades e estatuto. Referiram também, a nível das Universidades, que as receitas próprias sofrem das mesmas limitações/cativações aplicáveis às restantes entidades públicas, mesmo quando são financiadas por verbas comunitárias, e só adquirem bens através da Central de Compras do Estado, pronunciando-se pela necessidade de se reequacionarem as regras aplicáveis no caso das receitas próprias.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A documentação disponibilizada pelos investigadores encontra-se disponível na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 25 de Novembro de 2011

A assessora da Comissão

Teresa Fernandes